

# A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX braçais e intelectuais\*

por  
Carlos Guilherme Riley\*\*

## Introdução

No contexto das relações luso-brasileiras, quantas vezes ambigualmente separadas/unidas por esse grande oceano que alguém já teve a felicidade de chamar *Rio Atlântico*<sup>1</sup>, é importante (e clarificador) deixar bem vincada a certidão de nascimento do nosso discurso, isto é, dizer de qual das margens desse rio nos encontramos a falar.

No caso vertente, não me situo em nenhuma delas, pois vivo e trabalho há bastantes anos nos Açores, arquipélago oceânico português localizado, precisamente, quase a meio do Atlântico numa posição interconti-

---

\* O presente artigo reproduz, no essencial, o texto de uma conferência proferida na Roberts Library no dia 17 de Novembro de 2000 e integrada no ciclo de conferências “A presença portuguesa no Brasil nos últimos 500 anos”, promovido pelo Departamento de Português e Espanhol da Universidade de Toronto. Foram feitas algumas pequenas alterações formais ao texto da conferência e acrescentado um aparato crítico de notas de rodapé que, embora realizado posteriormente à data da conferência, não integra por norma referências bibliográficas actualizadas que, no entanto, foram sendo publicadas. À Dr<sup>a</sup> Manuela Marujo e à Dr<sup>a</sup> Aida Baptista, dinamizadoras desta iniciativa, queria expressar a minha gratidão pelo amável acolhimento prestado, bem assim como à Direcção da Casa dos Açores de Toronto onde, a 18 de Novembro, tornei a ler a mesma conferência.

\*\* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Cf. Onésimo Teotónio de Almeida, *Rio Atlântico*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1997 (col. Garajau, 43)

mental que lhe conferiu sempre, sobretudo nos séculos que precederam o advento da navegação a vapor, uma centralidade muito peculiar no quadro das trocas entre o Velho e o Novo Mundo. Um geógrafo francês, Aubert de La Rue<sup>2</sup>, definiu os Açores como *archipel carrefour*, expressão que resume de forma luminosa a função de placa rotativa desempenhada por este grupo de ilhas ao longo do processo expansionista português. Fosse à partida, como sucedeu na transição dos séculos XV-XVI com as expedições para a terra do bacalhau, fosse à chegada, caso da escala atlântica que nestas paragens se consolida da segunda metade do século XVI em diante, os Açores sempre foram um nó górdio das diferentes malhas que o império ultramarino português ia tecendo. Assim, nos séculos XVII-XVIII, quando ao ciclo da pimenta e da Índia se sucede o do açúcar e ouro do Brasil, as ilhas açorianas (que Magalhães Godinho qualifica de *ponto de encontro de todos os regressos*) interpõem-se de forma cada vez mais frequente nas rotas entre as terras de Vera Cruz e Portugal.

A partir deste período, altura em que o eixo do império se desloca do Índico para o Atlântico sul e São Salvador da Baía substitui a cidade de Goa como capital do ultramar português, as ilhas não só apoiam as “torna viagens” do Brasil como os próprios ilhéus (em particular os do Pico, Faial e Graciosa) participam no processo de construção do espaço brasileiro, designadamente na consolidação do povoamento das suas regiões fronteiriças setentrionais (Maranhão) e meridionais (Santa Catarina)<sup>3</sup>. Num sentido amplo do termo, podemos situar aqui os primórdios da emigração açoriana para o Brasil, tema que desde há cinquenta anos tem vindo a despertar o interesse de vários investigadores<sup>4</sup> e, mais recentemente,

---

<sup>2</sup> Cf.E. Aubert de La Rue,*L'homme et les iles*, Paris, Ed. Gallimard, 1956 (col. Géographie humaine, 6)

<sup>3</sup> Cf. Walter Piazza e Wilson Francisco de Farias, “O contributo açoriano ao povoamento do Brasil”, in *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 191-220.

<sup>4</sup> Merece particular referência o estudo pioneiro de Manuel Paiva Boléo, “Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil”, in *Biblos*, Coimbra, vol. XX, 1945, pp. 405-442. No que respeita à investigação local, os primeiros sinais de atenção relativamente a esta temática começam a surgir no período do pós guerra na ilha Terceira. Assim, devem ser destacados neste campo os trabalhos de António Raimundo Belo, “Relação dos Emigrantes para o Estado do Brasil” (in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 7, 1949) e Manuel de Sousa Meneses, “Casais açorianos no povoamento de Santa Catarina” (in *Ibid*, 10, 1952). É ainda na “Academia” local do Instituto Histórico da Ilha Terceira que Walter Piazza, o investigador brasileiro que mais pendularmente se tem dedi-

o de alguns colegas meus da Universidade dos Açores<sup>5</sup> que, neste preciso momento, se encontram reunidos na Praia da Vitória, ilha Terceira, num Colóquio subordinado ao tema “Dos Açores às fronteiras do Brasil”<sup>6</sup>.

Em rigor estamos perante um fenómeno migratório de índole colonial, isto é, determinado por decisões políticas da coroa portuguesa. Num sentido mais preciso e restritivo do termo, a emigração açoriana para o Brasil só se virá a processar no século XIX, depois da antiga colónia soltar o seu “grito do Ipiranga” e uma vez consolidado o Liberalismo em Portugal após a guerra civil de 1828-34. Então sim estavam criadas as condições necessárias para que os ilhéus comecem a embarcar, por sua livre e espontânea vontade, em direcção às terras da nova nação independente. Feito este re-

---

cado à pesquisa deste assunto, publicará o seu primeiro trabalho de temática açor-brasileira, “Roteiro de um Jornalista Açoreano . Estudo bio-bibliográfico” (in, *Ibid* , 13, 1955). Já na década de 1960, aparecem nas páginas de outro periódico terceirense uma interessante série de estudos da autoria de Pedro de Merelim, “Emigração Açoriana para o Brasil “ (in *Atlântida. Revista do Instituto de Cultura Açoriana*, Angra do Heroísmo, 10, 1966, pp. 243-252 e 315-320; 11, 1967, pp. 87-104 e 227-252).

<sup>5</sup> A aproximação da (jovem) Universidade dos Açores ao campo de estudos referido na nota anterior deu-se no primeiro reitorado do Prof. António M.B. Machado Pires, consubstanciando-se num Convénio assinado com a Universidade Estadual de Santa Catarina em 1984. De então para cá (e no quadro bilateral dessa cooperação) realizaram-se várias Semanas de Estudo da Cultura Açoriana e Catarinense, em cujo âmbito foram apresentados trabalhos de mérito, dos quais destaco aqueles que foram publicados – Gilberta Rocha, “Emigração e demografia” (in *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989, pp. 219-238); Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, “A diáspora açoriana e o destino brasileiro” (in *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 37-46). Fora do quadro das Semanas de Estudo, mas no contexto de Provas científicas prestadas para progressão na carreira universitária, devem ser destacados os estudos de Artur Boavida Madeira (trabalho de síntese apresentado no âmbito das Provas A.P.C.C. em 1997), *População e emigração nos Açores, 1766-1820* (Cascais, Patrimonia, 1999) e de Avelino Freitas de Meneses (lição apresentada no âmbito das Provas de Agregação em 1998), “Dos Açores aos confins do Brasil. As motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de Setecentos”, in *Ler História*, Lisboa, 39, 2000, pp. 115-140.

<sup>6</sup> O Colóquio, promovido conjuntamente pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (Universidade dos Açores) e Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa), decorreu na Praia da Vitória entre 16 e 18 de Novembro de 2000. Das diferentes comunicações aí apresentadas, permito-me destacar do conjunto (até pela sintonia em que se encontram com o tema da migração de gentes açorianas para o Brasil) as de José Damião Rodrigues e Artur Boavida Madeira, mais tarde irmanadas num excelente texto recentemente publicado: “Rivalidades Imperiais e Emigração: os Açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, vol. IV, 2003, pp. 247-263.

paro e definida a *emigração* como “um acto individual e voluntarista de ir procurar noutras paragens uma nova vida (...) sem contar com especiais apoios ou benesses do Estado”<sup>7</sup>, poderemos portanto caracterizar a emigração açoriana para o Brasil como um fenómeno especificamente oitocentista e, como tal, diferenciado de outras migrações anteriores que pertencem à fase colonial da história brasileira.

## A EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA

A emigração é uma característica estrutural da sociedade açoriana contemporânea que entre 1840 e 1980 (números redondos) viu centenas e centenas de milhares de filhos seus buscarem melhor sorte em diferentes regiões do grande continente americano. Este traço peculiar das gentes açorianas encontra-se, aliás, sugestivamente ilustrado no belo poema de Pedro da Silveira que, sob o título de “Ilha”, dela nos dá a seguinte definição:

*Só isto:  
O céu fechado, uma ganhoa  
pairando. Mar. E um barco na distância:  
olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,  
Califórnia perdidas de abundância.*<sup>8</sup>

Não obstante este facto e apesar do imaginário açoriano (desde a Literatura à Televisão) transpirar “lusalândias”<sup>9</sup> por todos os poros, o tema da emigração nunca conheceu nenhuma expressão historiográfica digna desse nome. Silêncio tão intrigante quanto significativo, pois indicia que as gerações actuais ainda não fizeram as “pazes” com o passado recente que as levou (a elas e aos seus antepassados) a emigrarem. Esta falta de distancia-

---

<sup>7</sup> Cf. José Guilherme Reis Leite, “Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX”, in *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, 1, 1989, p. 55.

<sup>8</sup> Cf. Pedro da Silveira, *A Ilha e o Mundo*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1953 (col. Cancioneiro Geral, 12)

<sup>9</sup> Tomo de empréstimo a expressão a Onésimo Teotónio de Almeida, consagrada pelo feliz título de uma das suas obras dedicadas à diáspora açoriana – *L(USA)lândia: a décima ilha*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais/Direcção dos Serviços de Emigração, 1987. Outra obra que merece aqui ser destacada, até por ter estado na base de uma série televisiva produzida pela RTP-Açores, é a de Manuel Ferreira, *O barco e o sonho*, Braga, Ed. do autor, 1979.

mento crítico e analítico traduz o forte sentido emocional que envolve a maioria das abordagens feitas ao fenómeno da diáspora e, ao mesmo tempo, comprova a dificuldade dos açorianos olharem sobre si próprios de uma forma tão racional quanto comovida.

Já vai sendo tempo, contudo, de quebrar o “ruidoso silêncio” instalado em torno deste tema e, quanto mais não seja pela espessura diacrónica que ele próprio evidencia, seria aconselhável traçar um projecto de estudo sobre a história da emigração açoriana<sup>10</sup> começando, justamente, por analisar aquele que foi o seu primeiro destino : o Brasil. Sem querer aqui estabelecer qualquer proposta de periodização, poderei no entanto adiantar que entre as décadas de 1830 e 1860 a esmagadora maioria dos açorianos que voltam costas à sua ilha dirige-se preferencialmente para terras brasileiras<sup>11</sup>. Só de 1870 em diante é que os ilhéus iniciam a viragem decisiva do seu fluxo migratório para os Estados Unidos da América<sup>12</sup>, devendo igualmente assinalar-se o considerável êxodo de micalenses que na década de 1880 embarcam para o Hawai<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Pedro da Silveira, há mais de vinte e cinco anos e no sítio próprio (o I Congresso das Comunidades Açorianas), já havia denunciado esta lacuna. As palavras que então proferiu conservam-se, infelizmente, actuais – “Não pretendo, nestas poucas páginas, esboçar uma panorâmica histórica da nossa emigração. Para isso, necessário me seria dispor de muito maior espaço e, sobretudo, haveria de poder apoiar-me em estudos prévios, de base, que não existem ou só escassamente estão feitos. Porque, esta é a triste verdade, continua a faltar-nos uma história da emigração açoriana; pior ainda: de vários dos surtos emigratórios açorianos, principalmente dos do século XIX para cá, não há notícias bastantes”. Cf. “Para quando uma História da Emigração Açoriana”, in *I Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo/Horta/Ponta Delgada, Direcção Regional das Comunidades, 1978, pp. 111-12. De então para cá, muito e meritório trabalho tem sido feito nos Açores, Brasil, Estados Unidos e Canadá mas ainda não existe um projecto coordenado que transforme esses diversos contributos numa verdadeira História da emigração açoriana.

<sup>11</sup> O estudo de Pedro de Merelim, já atrás referido (vd. *supra* nota 4), ilustra bastante bem esta realidade.

<sup>12</sup> “Em meados do século XIX o destino preferencial nos Açores era ainda o Brasil, que atraía quase 80% dos emigrantes (apesar de já nessa altura mais de 40% dos emigrantes do Faial irem para os Estados Unidos). Durante a segunda metade do século, contudo, uma parte crescente e significativa da emigração açoriana começou a dirigir-se para esse destino”. Robert Rowland “O problema da emigração: dinâmicas e modelos”, in *História da Expansão Portuguesa* (dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. IV, *Do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 308.

<sup>13</sup> Vd. Eduardo Mayone Dias, “A presença portuguesa no Hawai”, in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, vol. 87, 3ª série (1), 1981.



A ilha de São Miguel navegando em direcção ao Havai<sup>14</sup>

À margem deste deliberado esquematismo, devo notar que a emigração oitocentista açoriana vista de perto, ilha a ilha, não se nos apresenta segundo um padrão harmonioso e uniforme. Desde logo no que respeita ao tipo social do emigrante parece-me poder-se estabelecer uma separação muito nítida, no caso do êxodo para os Estados Unidos da América, entre marítimos e camponeses. Assim, os homens do mar, muitos deles ligados à actividade baleeira, aparecem sempre em menor número e formam, por regra a primeira vaga da maré migratória, enquanto que os camponeses, geralmente associados a uma fase posterior e mais estabilizada desse movimento, fornecem contingentes bastante superiores, arrastando nalguns casos parte do agregado familiar consigo. Por outro lado, consoante a actividade tradicional desempenhada pelos emigrantes, é possível estabelecer correlações geográficas entre a sua ilha-pátria e o destino das partidas. Neste sentido, é-nos dado verificar que os marítimos são, regra geral, oriundos das ilhas mais pequenas dos grupos central e ocidental (com particular destaque para as Flores, Corvo, Faial e Pico<sup>15</sup>) e quase sempre seguem as rotas das baleeiras norte-america-

<sup>14</sup> O talento para a caricatura dos “Bordalo Pinheiro” açorianos, os irmãos João e Augusto Cabral, desenvolvido nas páginas do seu interessante jornal humorístico *O Binóculo*, documentou com fina ironia a expressão significativa desse fluxo migratório micaelense para as ilhas do Pacífico, notavelmente retratada na metáfora iconográfica da ilha-navio que tem ao seu leme a figura do engajador/contratador de mão de obra local para esses destinos longínquos. Cf. *O Binóculo*, Ponta Delgada, nº 7, 15 de Julho de 1882.

<sup>15</sup> As ilhas do Faial e do Pico, bem servidas pelo porto da Horta onde acorriam os navios baleeiros de Nantucket desde finais do século XVIII, são as mais representativas deste movimento migratório. As Flores e Corvo, embora menos afamadas no imaginário açoriano da caça à baleia, forneceram também expressivos contingentes de homens que, embarcando a “salto”, se integravam depois nas tripulações dos baleeiros americanos onde vieram a adquirir competências que mais tarde os transformaram em reputados mestres desta importante actividade económica na sua pátria de adopção. A obra clássica de Her-

nas (tanto na Nova Inglaterra como na Califórnia), ao passo que os camponeses, na sua grande maioria, são originários das ilhas maiores (Terceira e São Miguel), onde a concentração fundiária da propriedade é um importante factor de pressão social, e dirigem-se muito frequentemente para as plantações de café e açúcar no Brasil e no Hawai<sup>16</sup>.

Num plano socialmente diverso dos dois tipos até aqui considerados, temos ainda o caso de uma pequena burguesia urbana e letrada que por motivos económicos, políticos, ou mesmo judiciais, se vê também impelida a “andar embarcada”<sup>17</sup>. É desse grupo, cuja expressão numérica é obviamente pouco significativa, que sairão aqueles que nesta palestra designarei de intelectuais. Embora nada pesando no contexto serial de um estudo histórico-demográfico sobre a emigração açoriana, a existência destes homens deve ser, por isso mesmo, destacada do colectivo anónimo, pois configura uma realidade sociológica então bastante recente: a da proletarianização / profissionalização intelectual daqueles que, através dos seus estudos (por muito elementares que fossem), viam abertos outros destinos para além do trabalho braçal nas roças de café.

Na base da pirâmide social da emigração açoriana para o Brasil, temos, portanto, e em primeiro lugar:

Os camponeses – essa massa anónima sem rosto nem voz, na qual se resume o essencial do grande drama humano e social da chamada “escravatura branca”.

man Melville, *Moby Dick* (1851), já faz a devida vénia à arte e engenho açoriano na baleação e, à margem deste registo literário, poderão os interessados recolher no trabalho de Pat Amaral (*They Ploughed the Seas – profiles of Azorean Master Mariners*, St. Petersburg (Florida), 1978) dados importantes sobre o assunto. Sobre a purga migratória associada à actividade baleeira, veja-se a interessante avaliação feita pelo Governador Civil do Distrito da Horta, António J.V. Santa-Rita, em 1857 (*Relatório* ..., Lisboa?, 1859).

<sup>16</sup> A miséria social que envolve o surto migratório para o Brasil e, mais tarde, para as ilhas do Pacífico, encontra-se muito bem retratada em inúmeros artigos publicados na imprensa micalense ao longo do século XIX. A título de exemplo, veja-se o assinado por Francisco Maria Supico, significativamente intitulado “Escravatura Branca”, no periódico *Revista Açoriana* (Ponta Delgada, nº 33, 15 de Agosto de 1853), onde o seu autor chama a atenção para outros destinos alternativos da emigração insular, como seja o da Austrália, reportando-se à expedição de prospecção mineira ensaiada por Simplício Gago da Câmara nesse mesmo ano com dezenas de casais micalenses.

<sup>17</sup> Destacarei o caso de dois micalenses, Francisco Manuel Raposo de Almeida e Mariano José Cabral, que se me afiguram *case studies* paradigmáticos desta realidade. Sobre o primeiro, ao qual Walter Piazza já dedicou alguns estudos, falarei mais adiante. Quanto ao segundo, menos conhecido e estudado, dedico-lhe um pequeno anexo documental no final do artigo para não alongar mais esta nota de rodapé.

De permeio, os lojistas, caixeiros, pequenos comerciantes, escriturários e homens de ofício especializado, que dominam as técnicas da escrita e da contabilidade e que, por via disso e do enquadramento urbano em que predominantemente trabalham, viram bastante mais facilitada a sua integração e cidadania na sociedade brasileira<sup>18</sup>.

No topo da escala, surgem-nos ainda os bacharéis ou letrados, que desenvolvem invariavelmente uma intensa actividade no campo do jornalismo e, fora dele, no quadro de consagradas instituições literárias e científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos membros gozavam de natural prestígio e reconhecimento social<sup>19</sup>.

Como deverão calcular, esta hierarquização social da emigração açoriana no século XIX só se manifesta no Brasil dadas as circunstâncias peculiares desta ser uma “terra estrangeira” em que se fala e escreve a língua do país de origem do emigrante. Nos Estados Unidos da América é raro entrevermos este tipo de perfil intelectual oitocentista na comunidade açoriana, onde a pirâmide social da emigração tem uma forma muito mais achatada, pelo menos até à entrada do último quartel do século XIX, altura em que nos surgem os primeiros jornais de língua portuguesa na Califórnia e Nova Inglaterra (para consumo interno da própria comunidade)<sup>20</sup>. Nestes periódicos, cujas preocupações literárias e propagandistas dos valores cul-

---

<sup>18</sup> Veja-se o exemplo significativo de um emigrante faialense, Manoel António Fontes, estudado por Edison d’Ávila – “Um Açoriano «tardio» na História de Itajaí: Manoel António Fontes, sua contribuição ao progresso social e político da cidade”, in *Arquipélago-História*, 2ª série, Universidade dos Açores, vol. III, 1999, pp. 265-274. Num interessante texto sobre a emigração açoriana para o Brasil, datado de 1845, Mariano José Cabral (que um quarto de século mais tarde iria ele próprio procurar melhor sorte nessas terras) afirmava o seguinte: *De 1836 para cá centenas de famílias açorianas tem abandonado o fertilíssimo solo açoriano ...vejamos pois quais são as ocupações dos indivíduos que costumam emigrar ...os primeiros são mancebos que tendo frequentado as aulas, e não achando depois em que se empreguem, senão abraçando o estado eclesiástico... vão demandar as praias da América, no intuito de lá acharem emprego correspondente à sua educação.* Cf. “Emigração dos Açores”, in *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, tomo V, 1845-46, pp. 40-42.

<sup>19</sup> Veja-se o percurso de Francisco Manuel Raposo de Almeida, estudado por Walter Piazza – “Revisitando Raposo d’Almeida”, in *Ibid*, vol. II, 1997, pp. 245-279.

<sup>20</sup> O primeiro periódico de língua portuguesa foi fundado em Erie (Estado de Pensilvânia) no ano de 1877 e chamava-se *Jornal de Notícias*. Da década de 1880 em diante, os títulos começam a multiplicar-se na Califórnia (*A União Portuguesa*, San Francisco, 1887; *O Arauto*, Oakland, 1896), Nova Inglaterra (*Almanaque Luso-Americano*, 1884; *O Novo Mundo*, 1891) e Havai (*A Liberdade*, 1882; *O Luso*, 1896). Para uma panorâmica resumida deste tema, veja-se Manuel Falcão Viveiros Estrela, “A Imprensa na História das Comunida-

turais pátrios não são, aliás, muito assinaláveis<sup>21</sup>, podemos contudo identificar os “letrados” das comunidades emigrantes que dominavam a língua materna enquanto instrumento de comunicação escrita.

Mas voltemos então ao Brasil e, para concluir este retrato que me propus traçar, convido-vos a acompanharem-me pela mão de um açoriano – Francisco Manuel Raposo de Almeida (1817-1886) – que nos finais de 1846 embarca para a América meridional, onde virá a falecer quarenta anos depois na sequência de um fascinante trajecto de “saltimbanco” intelectual por diversas terras brasileiras, do Rio de Janeiro a Santa Catarina, passando por São Paulo e Pernambuco

Em 1851, pouco antes da tentativa de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Raposo de Almeida publica em Santos - na tipografia que entretanto havia adquirido - uma série de trabalhos literários seus, entre os quais se encontra a interessante obra *As Folhas de um Álbum*, subtitulada *Recordações de F.M. Raposo d’Almeida*, na qual se manifesta, como diz o próprio autor, *o supremo e derradeiro suspiro enviado à terra da pátria, a essa Canaan saudosa e querida, à qual Deus sabe se tornarei a voltar*<sup>22</sup>.

Trata-se de uma escrita algo autobiográfica que, tomando como objecto da narrativa a vida de um pequeno caixeiro no Rio de Janeiro, não constitui um testemunho literário que documente cabalmente a experiência da maioria dos emigrantes açorianos que, embarcados “de calhau” ou munidos do respectivo passaporte, chegavam aos portos brasileiros em condições de higiene, saúde e salubridade absolutamente deploráveis<sup>23</sup> e,

des”, in *3º Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, 1991, pp. 137-143. Sobre o jornalismo luso na Califórnia, veja-se o exaustivo levantamento feito por Fernando Soares Silva, “Mais de um século de imprensa portuguesa na Califórnia”, in *4º Congresso de Comunidades Açorianas*, Horta, 1995, pp. 59-73.

<sup>21</sup> Excepção feita ao jornal *Açores-America* (Cambridge, Massachussets, 1900-1901), publicação tão efémera quanto interessante, dirigida pelo micalense Eugénio Pacheco, cujo empenho na divulgação da cultura e tradições açorianas foi ao ponto de editar alguns textos em versão bilingue. Eugénio Pacheco, filho de famílias abastadas e ex-Reitor do Liceu de Ponta Delgada, era um “emigrante” acidental e atípico que cumpriu na América um brevíssimo “exílio” ditado por circunstâncias políticas.

<sup>22</sup> Cf. Francisco Manuel Raposo de Almeida, *As Folhas de um Álbum*, Santos, 1851, p. I.

<sup>23</sup> Amplamente denunciadas e escrutinadas nos editoriais dos principais periódicos açorianos (*Açoriano Oriental* e o *Angrense*) durante as décadas de 1840-1850, como se poderá verificar pela leitura do já citado estudo de Pedro de Merelim (vd. *supra* nota 4) para o caso do *Angrense*, e pela consulta do trabalho de Laudelina Ventura, *A Emigração clandestina para o Brasil no século XIX* (ex. dact., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998) para o caso do *Açoriano Oriental*.

pior ainda, com a sua própria liberdade pessoal hipotecada aos “contratadores” que tinham pago a viagem de barco e os inevitáveis emolumentos consulares necessários à entrada no novo país<sup>24</sup>.

“Embarcar de calhau” é a expressão idiomática açoriana que designa o acto de emigrar clandestinamente pela calada da noite, longe das alfândegas e da vigilância portuária dos Governos Civis, à margem de papéis e passaportes<sup>25</sup> e, muitas das vezes em fuga ao famigerado recrutamento militar.

Como bem sabem os especialistas na matéria, a emigração clandestina levanta o problema de não se poder aferir a verdadeira dimensão demográfica do fenómeno através de uma leitura simplista dos dados oficiais, sendo necessário cruzar as informações contidas nas fontes brasileiras e portuguesas para se ter, no mínimo, uma ideia aproximada do número e identidade daqueles que efectivamente desembarcaram no Brasil. Contudo, o que aqui me preocupa não é tanto a quantidade, mas antes as razões e condições em que ocorre esse fluxo migratório. Porque é que os açorianos, não obstante a implantação do Liberalismo, facto que supostamente deveria ter libertado muita da terra concentrada nas mãos da Igreja e dos senhores morgados e, assim, promovido uma melhor distribuição da propriedade<sup>26</sup>, persistiam, apesar de tudo, na ideia de procurar um rumo para a vida longe da pátria?

---

<sup>24</sup> Para uma ideia da saga vivida por muitos destes emigrantes, consulte-se a obra de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938* (Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992), não obstante esta compendiar testemunhos documentais sobre o universo genérico da emigração portuguesa. O interessado em exemplos exclusivamente açorianos, poderá colher nas duas obras citadas na nota anterior informações abundantes e variadas.

<sup>25</sup> Ou, como dizia Francisco Joaquim Pereira de Macedo, redactor do *Açoriano Oriental* ao anunciar a partida do navio *Oliveira* para o Rio de Janeiro *conduzindo escravos brancos – o seu número não sei, porque isso até hoje nesta Ilha tem sido enigmático, visto que quase sempre desembarcam naqueles portos dobrado número dos que tiram passaporte* (cf. *Açoriano Oriental*, nº 760, 25 de Agosto de 1849. *Apud*. Laudelina Ventura, *ob. cit.*, p. 12).

<sup>26</sup> O que de facto não aconteceu porque os bens da Igreja e ordens religiosas acabaram por ir parar às mãos dos terratenentes que, assim, acrescentaram os seus vínculos. Mesmo antes da consolidação do regime Liberal e das célebres reformas de Mouzinho da Silveira, em 1832, já alguns ilhéus propunham decretos-lei para a abolição dos vínculos, como foi o caso de João Bento de Medeiros Mântua ( *Fundamento do projecto de Decreto, que para a abolição dos vinculos na ilha de São Miguel, e nas mais dos Açores...*, Lisboa, Imprensa Alcobia, 1822).

Pode-se apontar um sem número de razões para esta interrogação. Os açorianos emigram pelo espírito de aventura que lhes corre no sangue, porque as catástrofes sísmicas e vulcânicas a isso os impelem e por aí adiante... A verdadeira razão, ou pelo menos a mais determinante é, sem dúvida alguma, a fome.

Ora, como compreender essa fome em ilhas, como São Miguel, cuja amenidade climatérica e riqueza de solos a tornavam, segundo alguns, “o país mais fértil da Europa”? A resposta era dada por alguns sectores da esquerda liberal micaelense que, nas páginas do *Açoriano Oriental* e pela pena de Manuel António de Vasconcelos<sup>27</sup>, contestavam a existência dos morgadios (propondo a sua extinção), denunciavam o subdesenvolvimento da agricultura e a sua articulação com a excessiva concentração da propriedade, ao mesmo tempo que alertavam para o efeito perverso destes factores sobre a crescente emigração para as oito províncias do Sul do Brasil:

*Prasa ao Ceo que o Governo Portugues sensível ao clamor da nossa Patria tome alguma medida, que obste ao decrescimento de nossa população, e que busque fazer com que se empreguem no adiantamento de nossas artes, e de nossa agricultura os braços, que a astucia estrangeira vem roubar a nossas praias, para tornar florentes a custa delles os seus territorios! Nao consinta elle, que se trafique com os sinceros Açorianos, como em tempos barbaros se traficava com os ingenuos habitantes das terras Africanas.*<sup>28</sup>

Estas palavras datam de 1835 e antecipam com lucidez aquilo que viria a caracterizar o essencial da emigração portuguesa para o Brasil até à década de 1870. Durante décadas os açorianos coexistem e, nalguns casos, substituem os escravos africanos (cujo número começava a baixar) na exigente cultura do café que conhecia então, nas décadas de 40-50, os primeiros passos de uma crescente especialização produtiva que estará na ba-

---

<sup>27</sup> Manuel António de Vasconcelos (1796-1844) foi o mais destacado ideólogo dos *Setembristas* em São Miguel, tendo fundado e dirigido desde 1835 o principal órgão desta facção política – o semanário *Açoriano Oriental*. Para informações biográficas mais detalhadas, veja-se, de Manuel Ferreira, *Manuel António de Vasconcelos: o 1º jornalista micaelense e o Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, ed. do autor, 1994.

<sup>28</sup> Cf. *Açoriano Oriental*, nº 9, 20 de Junho de 1835.

se do desenvolvimento económico brasileiro durante a segunda metade de oitocentos<sup>29</sup>.

Embora no plano formal das liberdades e garantias os açorianos não pudessem ser comparados aos escravos africanos, a falta de escrúpulos dos “engajadores” e “contratadores” que os colocavam no Brasil, aliada à Lei de Terras de 1850 que os principais latifundiários brasileiros fizeram aprovar “com o objectivo de impedir o acesso fácil à terra e de vincular os imigrantes ao trabalho das fazendas, em vez de lhes ceder lotes para o estabelecimento de colónias”<sup>30</sup>, transformaram-nos muitas vezes em trabalhadores forçados de senhores que, por via de um instrumento contratual, os mantinham vitaliciamente ligados à sua roça de café.

Nas palavras de Francisco Maria Supico, *a civilização extinguindo o comercio da escravatura n’aquellas regiões africanas, abriu as portas de nossas terras aos traficantes de tão hediondo negócio*<sup>31</sup>. E, de facto, assim era. Se a isto somarmos a indignidade com que os emigrantes eram transportados e largados nos portos brasileiros, temos completo o quadro que levou sucessivas gerações de intelectuais açorianos a denunciarem, desde 1835 até ao final do século, nas páginas de jornais ou em opúsculos, aquilo que designavam sem reboço de “escravatura branca”.

Trata-se, bem entendido, de uma força de expressão que os autores desses textos gostavam de acentuar com tonalidades dramáticas, bem ao gosto de uma retórica romântica que, por vezes, lamentava mais o abandono da pátria do que as razões que para isso concorreram. Nesse particular, aliás, as palavras saudosas do próprio Raposo de Almeida são bem ilustrativas dessa outra forma de miséria social que era a condição de apátrida:

*[Aqueles] infelizes, na sua pequena ilha, pisando um terreno quasi todo pertencente a senhores morgados ... [aqueles] infelizes que não obstante tão dolorosa condição tinham a terra onde estão sepultados os parentes, e onde está a pia em que se baptizaram, e todas as tradições e encantos da mocidade, [aqueles] infelizes dão ouvidos às seducções*

---

<sup>29</sup> Para uma panorâmica sumária das condições sócio-económicas e demográficas que caracterizam esta decisiva viragem na sociedade brasileira em plena fase Imperial (1822-1889), veja-se o útil compêndio de Maria Beatriz Nizza da Silva, Cecília M. Westphalen e Márcia Graf, *História do Brasil. Colónia – Império – República*, Porto, Universidade Portucalense, 1991.

<sup>30</sup> Cf. *Ibid.*, p. 116

<sup>31</sup> “A Escravatura Branca”, in *Revista Açoriana*, nº 33, 15 de Agosto de 1853.

*torpes de traficantes, e resolvem-se a vir para este paiz, cujas arvores, segundo a conscienciosa linguagem dos infames aliciadores produzem patações de prata, e por cujas ruas se encontra facilmente peças de ouro, que os de cá já estão cansados de levantar*<sup>32</sup>.

Efectivamente, a emigração açoriana no Brasil poderá não ter conhecido reflexos muito dourados mas, em contrapartida, foi capaz de engendrar dentro de si quem manifestasse uma consciência crítica acerca daquilo que estava a acontecer. E essa é uma mina de ouro que, tal como a história da emigração açoriana, ainda está à espera de ser explorada.

---

<sup>32</sup> Francisco Manuel Raposo de Almeida, *ob. cit.*, pp. 46-47.

## ANEXO DOCUMENTAL

### Apresentação

Mariano José Cabral (1822-1877), cuja biografia aqui fica desenhada em traços sumários, fez parte de uma geração nascida e criada no período conturbado da consolidação do Liberalismo nos Açores.

Embora os pais fossem naturais da ilha de Santa Maria, encontravam-se já estabelecidos em São Miguel, na cidade de Ponta Delgada, quando o seu filho é baptizado na Igreja de S. José (de que ambos eram paroquianos) a 10 de Agosto de 1822<sup>33</sup>.

A sua família pode ser considerada legítima representante de uma pequena-média burguesia urbana micaelense, cuja visibilidade se começou a manifestar no segundo quartel do século XIX. O pai e o tio (Inácio Joaquim Cabral e João Jacinto Cabral) foram cirurgiões registados na Câmara de Ponta Delgada e entre os seus descendentes contam-se variados talentos no campo das Letras e das Artes (música e pintura/desenho)<sup>34</sup>.

Mariano José Cabral, à semelhança de Raposo de Almeida, fez a sua estreia literária nas páginas do *Açoriano Oriental*<sup>35</sup> e foi um dos membros fundadores – conjuntamente como José de Torres<sup>36</sup> – da *Sociedade Escolástica Micaelense* em 1843. Colaborou em diversos periódicos

---

<sup>33</sup> Tal como muitas outras figuras (ditas “menores”) do oitocentismo açoriano, Mariano José Cabral ainda está à espera de quem se proponha fazer o seu estudo biográfico. Um primeiro contributo nesse sentido foi já dado por Helena Medeiros Cabral com o seu trabalho final de estágio: *Biobibliografia de Mariano José Cabral*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998 (32 pp. dact.). Os interessados poderão também colher alguns elementos úteis na obra de Urbano Mendonça Dias, *Literatos dos Açores*, Vila Franca do Campo, Empresa Tipográfica, 1931.

<sup>34</sup> Os interessados em coligir informações sobre os diversos membros desta família, poderão consultar com proveito a obra de Francisco Maria Supico, *Escavações* (3 vols., Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995).

<sup>35</sup> Cf. Idem, *Ibid.*, vol. I, p. 226. O seu primeiro opúsculo publicado foi *These em que se demonstra a utilidade da Logica Artificial*, Ponta Delgada, Typ. de Macedo, 1842 (18 pp.). Conforme esclarece o próprio autor no início do trabalho, este consiste de uma Tese por ele defendida em 8 de Novembro de 1842 na Aula de Filosofia Racional e Moral, então regida em Ponta Delgada pelo Padre João José do Amaral.

<sup>36</sup> Sobre José de Torres (1827-1875), sem dúvida alguma a personalidade mais interessante da geração aqui considerada, veja-se de Maria Regina A.C. Amaral e Maria Antónia P.C. Freitas, *Índice das Variedades Açorianas coligidas por José de Torres*, s.l., Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Universidade dos Açores, 1992 (Col. Fontes para a História dos Açores), pp. 7-11.

cos nacionais (como, por exemplo, a famosa *Revista Universal Lisbonense*, redigida por António Feliciano de Castilho) e locais, tendo assumido a redacção e direcção de algumas empresas literárias (*Revista Açoriana*, 1851-52; *Flores Literárias*, 1854-55), políticas (*A Ilha*, 1852-56) noticiosas (*Gazeta da Relação*, 1867-70) e religiosas (*Arquivo Açoriano*, 1856-58)<sup>37</sup>.

Desempenhou durante uma década (1851-1861) o cargo de Bibliotecário da Biblioteca Pública de Ponta Delgada com assinalável zelo e dinamismo. A ele se deve (e não ao seu antecessor, Thomas Brown Soares, em 1845-49) o verdadeiro arranque desta instituição<sup>38</sup>, conforme se poderá verificar pelos documentos do Fundo da Biblioteca Pública de Ponta Delgada<sup>39</sup> e pela consulta do seu primeiro Catálogo, publicado em 1860.<sup>40</sup>

Tal como outros dos jovens letrados da sua geração, designadamente José de Torres, combinou o trabalho em Repartições Públicas com a actividade literária. Desde cedo procurou melhor sorte fora da terra natal, tendo vivido e trabalhado em Lisboa nos finais da década de 1840<sup>41</sup>, de onde regressa a Ponta Delgada para tomar posse do cargo de Bibliotecário em finais de 1851. Após o abandono, a seu pedido, destas funções em 1861, pouco

---

<sup>37</sup> Para uma informação mais detalhada sobre os diversos títulos periódicos aqui referidos, veja-se Ernesto do Canto, “Imprensa Periódica: Ilha de S. Miguel, 1830-1886”, in *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores (reed. fac-similada), 1982, pp. 494-518.

<sup>38</sup> Independentemente dos diversos contributos já publicados para a História desta centenária instituição, recomendo vivamente a consulta do trabalho de Marco Estrela Rego, *A Biblioteca Pública de Ponta Delgada: da ideia da sua criação a 1861*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003 (112 pp. dactl.).

<sup>39</sup> Cf. BPARPD, F.B.P.P.D., *Correspondência, Livro I (1844-1884)*.

<sup>40</sup> *Catálogo Alfabético dos Livros, Opusculos e Manuscritos pertencentes à Bibliotheca Publica de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typ. Auxiliadora das Letras Açorianas, 1860 (227pp.).

<sup>41</sup> Dada a ausência de dados documentais seguros, a melhor forma de balizar cronologicamente a estadia em Lisboa (que terá decorrido entre 1845 e 1851) é fornecido pelo início da sua colaboração literária para a *Revista Universal Lisbonense* em 1845, bem assim como pelas datas de impressão dos diversos trabalhos e traduções então publicados na capital do Reino: *Portugal Antes e Depois de 1846 – ou Apontamentos para a História Contemporânea* (Lisboa, Typ. de Silva, 1847); *Philosophia Natural de Cousin* (Lisboa, Typ. de Silva, 1848); *Da Democracia em França, por Mr. Guizot* (Trad., Lisboa, Typ. de Silva, 1849); *Allocação do SS. Padre o Papa Pio IX no Consistorio secreto...* (Trad., Lisboa, Typ. de Silva, 1849); *Luiz Philippe em Fevereiro de 1848...* (Trad., Lisboa, Typ. de Silva, 1850).

tempo mais se demora na ilha<sup>42</sup>, pois a partir de 1864 já se encontra outra vez em Lisboa<sup>43</sup>, regressando novamente a Ponta Delgada em 1867 onde abre escritório<sup>44</sup> e ocupa uma vaga de Escrivão no Tribunal da Relação dos Açores em Outubro de 1868. Não é difícil adivinhar por detrás deste constante zigzaguear que Mariano José Cabral tenha levado uma vida agitada, desprovida de outros rendimentos que não os do seu trabalho intelectual e sempre ao sabor de patrocínios políticos e influências maçónicas, como de resto era regra na pequena burguesia urbana do oitocentismo português.

As suas desventuras não iriam acabar em Ponta Delgada, onde os encargos financeiros com o jornal que decidiu fundar<sup>45</sup> e as dívidas contraídas no quadro da sua actividade como Solicitador, o forçam uma vez mais a abandonar a terra natal em Setembro de 1870, desta feita para sempre. Receoso dos processos judiciais que lhe poderiam ser movidos em São Miguel e temendo o longo braço da justiça fiscal portuguesa, Mariano José Cabral poucos meses se demorará em Lisboa e, em Fevereiro de 1871, embarca para Pernambuco.

O presente anexo documental, constituído por uma antologia de cartas dirigidas a Francisco Maria Supico<sup>46</sup>, colega de Mariano José Ca-

---

<sup>42</sup> Durante esse período – e não levando em consideração as colaborações na imprensa periódica local – publica os seguintes títulos: *Oração Fúnebre dedicada à memória do Reverendo João José de Amaral*, Ponta Delgada, 1853); *Resumo da Historia de Portugal...para uso das aulas d'ensino primario* (Ponta Delgada, Typ. de M.J. Moraes, 1856); *Resumo da Historia de Portugal até ao presente reinado do Sr. D. Pedro V* (Ponta Delgada, Typ. de M.J. Moraes, 1856); *Almanak Açoreano* (Ponta Delgada, 1855, 1856, 1857)

<sup>43</sup> No decurso da segunda estadia em Lisboa, publica os seguintes trabalhos: *A Doka do Fayal: projecto e orçamento d'um porto artificial na bahia da cidade da Horta...* (Lisboa, Typ. Franco-Portuguesa, 1864); *O marechal Duque de Saldanha e a metralha inglesa nas aguas da ilha Terceira* (Lisboa, Typ. da Rua do Arco, 1867)

<sup>44</sup> Conforme se pode verificar pela publicação do seguinte anúncio nas páginas de *A Gazeta da Relação* (nº 2, 22/4/1868): “Agência Portuguesa de Mariano José Cabral, encarega-se de empréstimos na Companhia Geral de Crédito Predial Portuguez- de descrições prediaes e registos de hypothecas nas Conservatorias ...”.

<sup>45</sup> Refiro-me à *Gazeta da Relação*, uma das primeiras publicações diárias açorianas, de que foi proprietário e fundador Mariano José Cabral entre Abril de 1867 e Setembro de 1870. Francisco Maria Supico assumiu depois a continuação deste periódico. Complementarmente a este título, Mariano José Cabral foi ainda o redactor do semanário *Bibliotheca Instructiva*, do qual se publicaram 12 números entre Janeiro e Março de 1868. Cf. Ernesto do Canto, *ob. cit.* (vd. *supra* nota 36).

<sup>46</sup> Sobre esta interessante personalidade do panorama intelectual micaelense da segunda metade do século XIX, veja-se o estudo biográfico que lhe dediquei, publicado como Introdução à obra de José Manuel Motta de Sousa, *Índices das “Escavações” de Francisco Maria Supico*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp. XIII-XXVIII.

bral nas lides jornalísticas e seu irmão maçónico<sup>47</sup>, ilustra de forma esclarecedora a última fase da vida deste literato micalense que, à semelhança do seu conterrâneo Raposo de Almeida, morreu em terras brasileiras longe da pátria insular<sup>48</sup>. Ambos cumpriram nessa parte do continente americano um exílio imposto por motivos sócio-económicos, políticos ou judiciais e, nessa medida, poderão ser considerados emigrantes atípicos no quadro da diáspora açoriana oitocentista. O trajecto destes dois micalenses, contudo, confirma ter sido o Brasil o destino preferencial de certa intelectualidade açoriana cujo domínio da língua portuguesa se veio a revelar uma enxada primordial para a sua sobrevivência em terras “estrangeiras”.

Os documentos transcritos integram-se num conjunto mais vasto de correspondência que, entre 1870 e 1877, Mariano José Cabral dirige a Francisco Maria Supico<sup>49</sup>. Após a morte deste último, em 1911, o Coro-

---

<sup>47</sup> A cumplicidade maçónica entre os dois correspondentes é bem visível em alguns trechos das cartas adiante reproduzidas. Cabe aqui sublinhar a articulação que nos parece existir entre os Açores e o Brasil em matéria de trabalhos maçónicos, designadamente no respeitante à abertura das Lojas “17 de Março” e “1º de Janeiro” na ilha de S. Miguel durante a década de 1860. Assim, o fundador da Loja “17 de Março” (instalada em Ponta Delgada em 1866) foi António Soares de Medeiros, micalense recém regressado do Brasil onde tinha feito fortuna e recebido iniciação maçónica. Por outro lado, os Doutores Francisco e Emílio Avelar, fundadores da Loja “1º de Janeiro” (instalada em Ponta Delgada em 1869), não só tinham estreitas ligações familiares no Brasil, como a sua influência maçónica no Rio de Janeiro teria sido muito útil para a integração do próprio Mariano José Cabral na sociedade carioca. A correspondência transcrita no anexo documental testemunha de forma eloquente as ligações entre a “1º de Janeiro” (de que o nosso biografado e Francisco Maria Supico eram membros) e outras lojas maçónicas brasileiras, devendo ainda acrescentar-se que Mariano José Cabral publicou no Brasil uma obra doutrinária maçónica que, de alguma forma, se situa na esteira de uma enorme polémica que tinha dominado a imprensa e opinião pública micalense (entre 1867-68) aquando da chegada dos missionários Jesuítas a esta ilha – *A Maçonaria e o Jesuitismo – publicação de um maçom católico, apostólico, romano, na Loja do Silêncio, ao vale dos Benedictinos*, Rio de Janeiro, 1872. A finalizar esta nota, remetemos os interessados para o trabalho de Helena Ramos e Delfina Mota, *A Maçonaria, Igreja e Educação em São Miguel em meados do século XIX (1865-75)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001 (86 pp. dact.), bem como para as preciosas notas de Francisco Maria Supico sobre a “História da Maçonaria em S. Miguel” (cf. *Escavações*, vol. II, pp. 818-821).

<sup>48</sup> Segundo uma notícia reproduzida no *Diário dos Açores* (nº 531, de 7 de Fevereiro de 1878), Mariano José Cabral morreu no Rio de Janeiro em finais de Dezembro de 1877.

<sup>49</sup> Mais precisamente, estamos a falar de 14 cartas escritas por Mariano José Cabral a Supico entre (Lisboa) 15 de Outubro de 1870 e (Rio de Janeiro) e 28 de Fevereiro de 1877. Deste conjunto epistolar foi feita uma selecção dos (8) documentos mais signifi-

nel Francisco Afonso Chaves<sup>50</sup> ficou como fiel depositário dos seus papéis e, nessa qualidade, legou todas as publicações do defunto à Biblioteca do Ateneu Comercial de Ponta Delgada<sup>51</sup> e, em data e circunstâncias por nós desconhecidas, terá entregue os manuscritos de Supico ao poeta micelense, Armando Côrtes-Rodrigues.<sup>52</sup> Uma vez que o espólio de Côrtes-Rodrigues se encontra presentemente à guarda do Museu Carlos Machado, cumpre-me agradecer à sua Direcção as facilidades concedidas

---

cativos, que cobrem o essencial da aventura emigrante do autor das cartas, desde a chegada a Lisboa, em Outubro de 1870, até à sua completa integração na sociedade brasileira, em Outubro de 1874, quando pondera a chamada da família para o Rio de Janeiro. A totalidade das cartas foi já transcrita por Helena Medeiros Cabral (vd. *supra* nota 33), muito embora para efeitos de publicação do presente anexo documental se tenha procedido à consulta e leitura dos documentos originais.

<sup>50</sup> Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo (1857-1926) soube combinar a carreira militar com uma grande diversidade de interesses científicos - desde o naturalismo à meteorologia, passando pelos estudos locais de cariz histórico e etnográfico. Foi membro da Sociedade de Geografia de Lisboa (onde era confrade de Supico) e amigo do Príncipe Alberto do Mónaco, a quem o uniam o interesse pela Oceanografia e pela criação dos Serviços Meteorológicos Internacionais. Deve-se a ele a continuação da publicação do *Arquivo dos Açores* entre 1904 e 1926, desde o fascículo 73 (primeiro do vol. XIII) até ao 80 (último do vol. XIV), muito embora este só tenha sido editado em 1927 (já depois da sua morte) sob a direcção de Armando Côrtes-Rodrigues. Sobre a biografia desta personalidade local, não obstante os diversos contributos existentes, recomenda-se a leitura do trabalho monográfico de Marta Loura, *O Coronel Chaves e uma Visita Régia que não se realizou*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001 (107 pp. dact.).

<sup>51</sup> Cf. *Catálogo dos Livros, Folhetos e Jornaes legados por Francisco Maria Supico ao Atheneu Commercial de Ponta Delgada por intermedio do Exmo. Sr. Coronel Francisco Afonso Chaves*. Ponta Delgada, s.d. [1913], 230 pp. manuscritas. A elaboração deste Catálogo deveu-se a António Pereira que, nos seus tempos de juventude, foi conjuntamente com Teófilo Braga um dos mais activos colaboradores de Supico na imprensa literária de Ponta Delgada. Um público agradecimento é aqui devido a António Cavaco que, no âmbito de um trabalho de investigação sobre Francisco Maria Supico, me chamou a atenção para a existência do Catálogo, cujo original ainda se conserva no Ateneu Comercial de Ponta Delgada (o mesmo não se podendo dizer, infelizmente, da respectiva Biblioteca).

<sup>52</sup> Armando Côrtes-Rodrigues (1891-1971), um dos colaboradores da revista *Orpheu* (onde assinava com o pseudónimo de Violante de Cisneiros), foi, além de poeta, reputado estudioso das tradições açorianas e, nessa medida, integrava-se numa linhagem de “historiadores locais” a que pertenceram igualmente Francisco Afonso de Chaves e Francisco Maria Supico. Estes três *açorianistas* de diferentes gerações estiveram todos ligados ao projecto do *Arquivo dos Açores* após a morte do seu fundador, Ernesto do Canto (1831-1900), e parece-nos ser esse o nexa que explica a circulação dos manuscritos de Supico entre o Coronel Chaves e Côrtes-Rodrigues.

para a consulta do epistolário de Supico, bem como a correspondente autorização para publicar algumas das cartas de Mariano José Cabral neste anexo documental<sup>53</sup>.

## DOCUMENTOS

### 1

Mariano José Cabral a Francisco Maria Supico.

Lisboa, 15 de Outubro de 1870 (nº 2143)

#### *Amigo e Senhor Supico*

*É grande o meu estado de prostração e abatimento, tanto que estando há quinze dias em Lisboa só pude sair fora três vezes. Não sei se da mudança de águas, ou outra qualquer causa, desde que vim tenho um destempero de ventre continuamente que me tem levado ao ultimo grau de fraqueza, o que junto à excitação do meu espírito e continuada insónia me faz recear muito o futuro. Amanhã é que hei de mandar chamar o médico.*

*A viagem fez-se sem novidade além do enjoo. Desembarcámos no sábado 1º do corrente já de noite, e como só na terça feira pude sair ao escritório do Germano, encontrando muita gente conhecida, na quarta feira é que os jornais noticiavam a minha chegada.. Tenho tido muitas visitas, e acredito que alguns amigos fazem os possíveis esforços para que logo que me restabeleça ter em (fl 1 vº) que me empregue.*

*Quando saí disse-lhe que a casa da Fajã estava paga, porque tinha deixado em casa o dinheiro para isso, e o vinhateiro tinha dito que o ia buscar no dia da minha saída, mas como não foi minha mulher trouxe-o na algibeira e só a bordo soube dessa circunstância.*

---

<sup>53</sup> Na transcrição dos documentos optei por actualizar a ortografia e padronizar as informações em torno dos seguintes itens: remetente; destinatário; local; data; número de registo. O número de registo de cada um dos documentos foi atribuído pelos técnicos superiores do Museu Carlos Machado que inventariaram a correspondência de Francisco Maria Supico. Em termos arquivísticos, suponho que a descrição correcta dos documentos transcritos será a seguinte: Ponta Delgada. Museu Carlos Machado: *Fundo Armando Côrtes-Rodrigues – correspondência* (subsérie: Francisco Maria Supico).

*Eu se tiver vida tudo hei de pagar, porque estando em casa de meu sogro, sendo por isso limitadas as minhas despesas, tudo o que adquirir pelo trabalho, é para enviar-lhe para lá para pagamentos.*

*Escusa ter o incómodo de mandar a pedra de filtrar, venda-a lá pelo que lhe derem.*

*Quanto aos exemplares do Catecismo, não os distracte o amigo, porque vindo visitar-me (fl. 2 rº) o D. José de Lacerda, membro da Junta de Instrução Pública a quem eu tinha oferecido em tempo um exemplar, prometeu-me ser aprovado para uso das aulas de 2º grau. Dos Paquetes do Tejo e Bibliotecas Instrutivas disponha como o amigo quiser.*

*Não posso escrever mais – já estou coberto de suores frios. Mande-me o amigo dizer o que por lá se passou e creia-me sempre*

*Muito Reconhecido e Obrigado*

*Desculpe-me com o Presidente da Relação. Tencionava escrever-lhe, mas não posso.*

2

M. J. Cabral a F. M. Supico.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1870 (nº 2145)

*Amigo e Senhor*

*A muito custo lhe escrevo, pois que desde segunda feira 12 tenho estado de cama e hoje faço um esforço supremo em estar aqui de pé alguns momentos para escrever algumas cartas para aí.*

*Desde a chegada do vapor, que com o seu aviso de quererem aí proceder contra mim, que eu andava muito mal, mas saindo na segunda feira 12 e encontrando o João Bernardo Pacheco na rua Formoso, que me disse estar eu efectivamente já em processo, por assim lho dizer o filho do Cristiano Frazão, faça ideia do como ficaria.*

*Voltando para casa na Praça do Príncipe Real, deu-me um deliquio, e vim em braços de um distribuidor do Diário do Governo que por acaso passava, conheceu-me, viu o estado em que estava e acompanhou-me, sustendo-me pelo braço.*

*Em todo o dia os ataques nervosos foram continuados, fizeram-me tomar um chá de diversas ervas, repetidas vezes que algum bem me fez, veio depois o ataque de bexiga, e estou a urinar (fl. 1 vº) de instante a instante aos pingos e com muitas dores, e esta madrugada veio-me a diarreia.*

*Vejo que não posso resistir e que a minha vida está por um fio. Se vier daí alguma deprecada para me prenderem, hão de encontrar um cadáver e três crianças desgraçadas.*

*Não será necessário que eu atente contra os meus dias, pois vejo que a vida se vai esvaindo. Sou mais desgraçado que criminoso.*

*Veio aqui pedir-me uma coisa o filho do Gabriel da rua dos Mercadores, e foi-se com as lágrimas nos olhos, vendo o meu estado.*

*A respeito da Revista, o Neves não me escreveu e não sei a que atribuir o seu silêncio.*

*Diz-me que me manda os livros, não me mande nada, porque não sei o que será de mim. Escreva-me sempre.*

*Tem-me lembrado trinta mil coisas para me livrar à perseguição da justiça, mas (fl.2 rº) para isso faltam-me duas coisas – saúde e meios.*

*Tem-me lembrado ir para Inglaterra para casa do meu compadre. Para o Brasil a ver se Deus me daria lá fortuna, mas estou completamente desanimado.*

*Só me resta uma consolação. Que meus filhinhos aí ficariam num desamparo total, e aqui seus avós e tios hão de protegê-los como lhes for possível.*

*Não posso mais, meu amigo, faça aí o possível a meu favor e peça a Deus que me dê uma inspiração favorável.*

*Seu do Coração e Muito Obrigado*

### 3

M.J. Cabral a F.M. Supico.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1871 (nº 2146)

*Ilustríssimo Amigo*

*Não há remédio. Daqui a três dias estarei a bordo do Oneida em viagem para Pernambuco.*

*Peço-lhe para lá notícias suas e o favor da Persuasão, não preciso a Gazeta, porque na Persuasão vem as notícias locais de maior interesse, e seria sobre-carregá-lo muito de portes.*

*Uma de duas – ou morro ou tenho fortuna. No primeiro caso é menos intensa a dor para minha mulher, e fica esta com a sua pensãozinha ainda que pequena, no segundo mando-a ir e os meus queridos filhinhos para a minha companhia.*

*Levo optimas recomendações e o mais a Deus pertence.  
Não se esqueça de minha triste mãe nem do seu*

*Muito Amigo e Obrigado*

4

M.J. Cabral a F.M. Supico.

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1871 (nº 2142)

*Meu Bom Amigo*

*Como sabe fui em Fevereiro para Pernambuco e ali cheguei no dia 28 da-  
quele mês sendo muito obsequiado pelos cavalheiros a quem fora recomendado.  
Mas reinando lá com intensidade a febre amarela, atacando de preferência os re-  
cém chegados, todos me aconselharam a vinda para aqui tanto para escapar ás  
febres, como para melhores interesses. Respondi com franqueza que me faltavam  
os meios de transporte e recomendações para aqui. Em duas horas, entre poucos  
amigos, se tirou uma subscrição de 238\$000 reis , sendo 100 para uma passagem  
na 1ª câmara do Paraná e 138 para as minhas primeiras despesas e trouxe 23  
cartas de recomendação.*

*Aqui cheguei pois no dia 4 do corrente, e no 1º de Maio entro para o qua-  
dro da redacção do Jornal do Comércio com 100\$000 reis mensais de ordenado.*

*No entanto já traduzo do espanhol um romance que sai em folhetins no  
Diário de Notícias e escrevo para (fl. 1 vº) o jornal religioso que aqui se publica  
– O Apóstolo. Este é semanal.*

*Em Pernambuco vi a sua Persuasão no Gabinete de Leitura e aqui em ca-  
sa do farmacêutico José Maria de Sousa da ilha do Faial, que no mês próximo  
daqui sai para ir para as Furnas.*

*Estimarei ter aqui ocasião em que possa mostrar ao amigo que lhe sou  
grato, e se quiser honrar-me com as suas letras, tenha a bondade de dirigir as  
cartas para a rua da Quitanda nº 61.*

*Sou com estima*

*Amigo e Muito Obrigado*

*P.S. Ontem estive na Praia Grande em casa do dr. José Avelar, irmão dos nossos amigos doutores do mesmo nome. Diga-lhes que têm aqui uma interessante sobrinha de nome Regina. É uma família estimável de que gostei muito e que muito me obsequiou. Recomendações para eles, bem como para ambos os Rebe-  
los.*

5

M. J. Cabral a F. M. Supico.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1872 (nº 2321)

*Meu Caro Senhor Supico*

*Chegou finalmente o Jorgense a 11 do corrente e tem anunciada a sua saída para 10 de Maio. Por ele mandarei o que puder para que o Amigo continue a beneficiar minha pobre mãe, como até aqui tem feito com a maior caridade. Mando-lhe os jornais que têm correspondências das ilhas; as do Jornal do Comércio são minhas, as do Correio do Brasil são do tal Rodrigues da Costa da ilha Terceira.*

*Em todos os jornais verá artigos da grande polémica do dia – A maçonaria e o Bispo. O facto é o seguinte:*

*Em 28 de Março houve grande festa no Oriente do Lavradio para celebrar a lei de Setembro do ano passado sobre a liberdade dos escravos, a que eu também assisti. Houve vários discursos que se publicaram entre eles um do Comendador Padre Almeida Martins (português, director de um Colégio de educação) que como os outros foi publicado, porque a maçonaria aqui não é um mistério. O Padre Martins tinha de pregar numa festividade, e sabendo-o o bispo mandou-lhe intimar a sua pensão antes de ele subir para o púlpito. No sábado apareceu uma caricatura no Mosquito a mais espirituosa que tenho visto. Representava o Almeida Martins com as insígnias maçónicas a tirar dinheiro do troco de beneficência, distribuindo-o com os pobres, e o bispo com uma arca no colo a receber dinheiro dos pobres para o Papa em atitude de abençoar os que levavam as oferendas. Quis ontem comprar um exemplar para lhe remeter não (fl. 1 vº) o encontrei. A edição esgotou-se.*

*Da minha Biblioteca, tira-se hoje a última folha do terceiro volume, amanhã as capas, para se brochar e distribuir ainda este mês. Mande-lhe os primeiros dois volumes e continuarei a mandar os que forem saindo.*

*Ontem foi o primeiro dia que aqui tivemos de bom tempo. Desde 31 de Março que tem chovido a bandeiras despregadas.*

*Continuo a gozar saúde, mas aflito pelo estado de minha mulher que infelizmente não está melhor.*

*Não tenho mais tempo.*

*Seu Muito Obrigado Amigo*

*P.S. O José Maria de Sousa não está melhor, pelo contrário achei-o esta manhã muito mais abatido. Todos os dias o visito. Vejo que publicou este ano o seu Almanaque, desejaria dever-lhe a fineza de um exemplar. Vi as Persuasões de 20 e 27 em casa do Angelo, depois de já ter feito a minha correspondência para o Jornal do Comércio, tive porém à vista a sua que vem no Comércio do Porto de 4 do corrente. Se a Persuasão trouxesse o movimento do porto, e notícias comerciais, manifestos da Alfândega, etc., arranjar-lhe aqui muito assinante.*

6

M. J. Cabral a F. M. Supico.

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1872 (nº 2141)

*Ilustríssimo Amigo e Senhor Supico*

*No dia 20 recebi o seu estimável favor, sem data, dentro da Persuasão de 26 de Junho último, que me cumpre responder.*

*No dia 22 fez-se o requerimento para a certidão que o meu amigo quer do processo do dr. Braulio e apontou-se o seguinte:*

*1º Pronúncia. 2º Sentença condenatória de primeira instância. 3º Acórdão da Relação que a confirmou. 4º Termo de entrada na prisão. 5º Registo de fuga.*

*Ontem 23 foi entregue ao escrivão com 10\$000 reis de preparo e disse este ao procurador Eduardo Ribeiro que lhe era impossível aprontá-la para hoje, mas que a dava sem falta até ao fim do mês, de modo que há de ser remetida pelo vapor francês que daqui sai a 6 ou 7 de Agosto.*

*Como hoje se fecham as malas por este vapor que sai amanhã ás 8 horas, não posso ainda dizer coisa alguma a respeito do José Ferreira Martins, porque dando ontem a competente nota ao dr. Ludgero, chefe da polícia, mandou-me ir para o fim desta semana sa- (fl. I vº) ber o resultado, que comunicarei também pelo vapor de 6 de Agosto, se não houver outro antes.*

*Quanto à empresa do Angelo oferecesse-me dizer o seguinte: O homem está zangado em Manuel Maria divulgar aí isso que ele tinha em segredo, e muito mais com a notícia da Persuasão, por não haver exactidão, e por se dar publicidade a uma coisa que ele não queria que aí se soubesse, tanto que sendo eu unicamente quem fiz os primeiros trabalhos, só mandei dizer ao amigo que se tratava para aí de uma empresa sem dizer qual, porque Angelo dedicando-me a maior amizade me pedira todo o segredo. Mas o pensamento não era o caminho de ferro para as Furnas.*

*Pensando Angelo que a laranja dessa ilha chega aos mercados estrangeiros deteriorada porque apanhando muitas vezes chuva na condução, não pode conservar-se perfeita, imaginou uma linha férrea, que partindo da cidade atravessasse Rosto de Cão, Lagoa, Ribeira Grande, Rabo (fl. 2 rº) de Peixe, Pico da Pedra, Calhetas, Fenais e as duas Fajãs, em que havendo carros para passageiros os houvesse também cobertos, para a condução da fruta em tais circunstâncias que se não danificasse pela chuva. Este era o seu propósito, e com ele estava muito entusiasmado, mas contava também que obtido o privilégio, obteria aí subscritores pelo menos para a quarta parte das acções. Houve porém um facto que o desanimou completamente e foi o das imprudentes circulares que daí dirigiram a algumas pessoas daqui, pedindo para se subscreverem acções para a doca flutuante no valor de 7.000\$000 reis, pois tanto faltava para preencher o capital preciso.*

*Pois pela ridicularia de 7 contos de reis é preciso que a ilha de S. Miguel venha buscar subscritores ao Brasil?... Aquelas circulares têm sido objecto de comentários desairosos para (fl. 2 vº) a ilha de S. Miguel e diz ele que à vista daquilo não pode aí esperar concurso algum para a sua empresa, vendo tão tímidos os capitais, que vem procurar a uma praça estrangeira 7 contos !! No entanto ele está pondo os seus negócios em ordem a retirar-se na Primavera próxima para essa ilha. Diz que lá em alguma coisa se há de ocupar de interesse para a ilha que lhe dê nome e ficou prevenido a respeito de seu mano muito favoravelmente.*

*Angelo, quando em Maio último se agravaram os meus padecimentos de bexiga, arrancou-me da casa onde eu estava, trazendo-me para a sua, onde fui tratado com todo o carinho possível, restabelecendo-me em pouco tempo. Ainda hoje aqui resido, pois diz ele que em qualquer outra parte não tenho banhos diários e tratamento conveniente, esta mesma carta é escrita em sua casa, onde durmo. Haverá homens tão patriotas (fl. 3 rº) como ele? Mais é impossível.*

*A Transatlântica já tem o capital todo subscrito. O Borges já foi para Inglaterra tratar dos vapores. Sai amanhã para Lisboa o Sr. Guilherme de Castro que vai primeiro aos Açores estabelecer as agências, voltando depois pe-*

*la Madeira e Canárias. O primeiro vapor deve aqui estar no próximo mês de Outubro.*

*Remeto-lhe o 6º vol. da minha Biblioteca que há de começar a distribuir-se amanhã pelos assinantes. Na capa verá que agora é que hei de receber algum dinheiro de mais vulto que lhe possa mandar.*

*Com a doença de minha mulher tenho ardidido. De Janeiro para cá tenho dispendido com ela e com meus filhos 64 libras.*

*Para lhe irem neste vapor mais 6, dei ontem mais 70\$750 ao câmbio de 224, ainda se isto aproveitasse bem empregados sacrifícios, mas as notícias que (fl. 3 vº) tenho são tão desagradáveis que já estou providenciando para no caso de ela me faltar, o Germano tomar-me conta das crianças, enviá-las para aí a meu irmão, para virem para cá com o Augusto Cabral ou com o Manuel Maria. Ontem escrevi ao Germano a este respeito, mas hoje examinando alguns números do Jornal do Comércio de Lisboa vindos neste ultimo paquete, vejo que ele saiu para Londres no fim do mês de Junho último. Paciência! Não sei como tenho resistido a tantos sofrimentos morais que me tiram o sono. Eram 3 horas da noite quando comecei esta carta, não posso dormir, não posso estar na cama a cismar em mais este golpe que a Providência me prepara.*

*Cá vi a prancha que a Loja dirigiu por via do Oriente de Lisboa de felicitações ao Visconde do Rio Branco por ocasião da lei (fl. 4 rº) do ventre livre. Alegrei-me vendo que os nossos Irmãos aí apreciam devidamente os esforços dos de cá para se acabar com a escravidão. Creio que será redacção do nosso amigo Rebelo.*

*Tenho aconselhado o Angelo para que tome o José Inácio Rebelo para seu advogado de partido. Ele não tem aí senão uma demanda com o Filipe Cabral, por conseguinte o trabalho é pouco e a paga certa.*

*Tem de haver aí inventário por falecimento de meu tio, por causa da menoridade de minha filha Florinda, desejava que o dr. Rebelo fosse o curador dela, e por isso rogo ao amigo o obséquio de competentemente substabelecer a procuração que lhe envio, para acautelar os direitos eventuais daquela inocente por morte da viúva, e estou certo que o Rebelo há de fazer por minha filha tudo o que entendo conveniente e legal, e que o amigo não deixará que ela seja prejudicada.*

*Mando-lhe as páginas (fl. 4 vº) já impressas de um trabalho com que estou a braços : A maçonaria e o jesuitismo que conto não me deixará menos de um conto de reis livres de despesa. Há 15 dias que não me ocupo de outra coisa e vou dizer-lhe a minha vida.*

*Levanto-me sempre ás 2 ou 3 horas da madrugada, faço as traduções do folhetim da Reforma e do romance para a minha Biblioteca. Ás 6 tomo banho, e*

*depois uma xícara de chá. Saio logo e venho para casa do Comendador Serzedelo onde tenho os livros e mais documentos de consulta para essa obra, que à maneira que vou escrevendo se vai imprimindo. Às 10 almoço, vou ao meu escritório, dou as providências necessárias a um empregado de confiança, volto para casa do Serzedelo aonde trabalho até às 5 da tarde, janto, dou depois uma volta pelo escritório, onde se trabalha até de noite (tenho três empregados efectivos). Uns dias por outros vou a casa do dr. Medeiros, e recolho-me a casa às 8 horas. Das 8 às 9 jogo a bisca com o Angelo, depois outro banho, uma xícara de chá e cama, onde muitas vezes em vez de dormir estou a cismarna sorte de meus filhos. Trabalho não falta, graças a Deus, assim houvesse tranquilidade de espírito.*

*Amigo muito obrigado*

7

M. J. Cabral a F. M. Supico.

Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 1872 (nº 2132)

*Prezado Amigo e Senhor Supico*

*Recebi a sua cartinha e as Persuasões de Agosto em 26 de Setembro último, isto é três dias depois da saída do vapor para a Europa que levou a minha carta em que dizia não as ter recebido, porque não vieram pelo vapor do Pacífico, mas sim pelo de Liverpool (de carga) que não obstante sair de Lisboa um dia antes, chegou aqui 6 dias depois.*

*A esta hora já deve ter aí chegado o Guilherme de Castro, com quem terá falado largamente. Eu vou indo na forma costumada.*

*Continuo a escrever a Família; sem interesses por enquanto, mas também sem despesas. Todos os meus serviços ao (fl. 1 vº) ao Oriente Unido do Brasil não tem por fim o interesse pessoal, mas o futuro de minha mulher (se me sobreviver) e de meus filhos. O Oriente dá pensões de 50, 60, 80 e 100\$000 reis a algumas viúvas, educando os órfãos à sua custa. Ora se estas pensões se dão a viúvas de Irmãos sem serviços, e de menores graus (já tenho o 33º) com muito mais razão por minha morte, minha mulher com esta e outras pensões, a saber: a do Montepio Geral de Lisboa, Sociedade Tipográfica Fluminense, Ordem Terceira do Carmo e Caixa de Socorros de D. Pedro V, pode ficar ao abrigo da miséria.*

*Se Deus a melhorar, que ela possa vir em Março, já não receio o seu futuro se Deus me levar, como infelizmente levou ao nosso chorado amigo Rebelo de Medeiros (fl. 2 rº) , porque fica com direito ás seguintes pensões mensais:*

<i>Maçonaria</i>	<i>100\$000</i>
<i>Ordem do Carmo</i>	<i>12\$000</i>
<i>Caixa de Socorros</i>	<i>10\$000</i>
<i>Tipográfica</i>	<i>10\$000</i>
<i>E o Montepio Geral de Lisboa</i>	<i>150\$000 portes anuais.</i>

*Não é muito, mas é muito mais do que meu pai me deixou, que foi coisa nenhuma.*

*Desculpe o meu amigo o maçá-lo com estas coisas, mas a ideia do futuro de minha mulher e filhos é o pensamento que me preocupa constantemente e me domina, porque estou velho, trabalho muito, as forças da vida esgotam-se e co-nheço que não estou destinado para longa duração.*

*O seu recomendado André aqui veio ontem à noite. Desarranjou-se da botica em que es (fl. 2 vº) tava, chamou burro ao dono, etc. Há de vir logo por aí e verei o que posso arranjar-lhe. Creio que não estará muitos dias sem botica.*

*O nosso Angelo escrever (confidencial) ao Visconde da Bela-Vista para o privilégio dos trilhos urbanos nessa ilha. Está sempre resolvido a incorporar a companhia, posto não espere grande auxílio nos capitalistas dessa ilha. Tem as suas providências tomadas em ordem a sair daqui em Abril para Lisboa, tencionando chegar aí a 19 de Junho. Logo que ele tenha resposta do Viscondeem relação aos privilégios, há de dirigir-se ao amigo, por via do seu procurador, o Azevedo do Porto, para este pôr à disposição do seu mano os meios convenientes para os necessários estudos. O pior porém é que ele está gravemente doente, de uma canelada que deu há quinze dias, e apesar do tratamento não lhe vejo melhoras. Se pelo vapor do Pacífico, que deve chegar amanhã, receber carta sua, ainda escreverei outra.*

## 8

M. J. Cabral a F. M. Supico.

Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1874 (nº 2136)

### *Amigo e Senhor Supico*

*Tenho presente o seu estimável favor de 26 de Agosto último e agradecendo-lhe todo o interesse que manifesta pelo meu estado e de minha família, cumpre-me dizer-lhe que passo quase sempre incomodado do meu antigo sofrimento*

*de bexiga, mas, graças ao Supremo Architecto, com vigor ainda para o trabalho, levantando-me diariamente das 3 para as 4 horas da madrugada e lidando todo o dia.*

*Minha mulher vai muito melhor e quase que livre do seu incómodo pulmonar e os meus filhinhos têm gozado uma saúde de ferro, são robustos e sadios. Valha-me pelo menos isto no meio de todas as contrariedades da vida.*

*Meu bom amigo, Amando sempre o trabalho, há três meses que me dediquei a traduzir o Valcreuse de Julio Sandeau como verá do incluso prospecto. Findei a tradução que agora vou corrigindo à maneira que vão indo os originais para a imprensa. Já tenho cinco folhas de 16 páginas cada uma, impressas, e, no próximo sábado, 10 do corrente, hão de tirar-se mais duas. Todo o vintém que ganho e que posso dispensar das despesas indeclináveis é para a imprensa, porque espero tirar desta obra excelente resultado. Tive a lembrança de mandar prospectos a todos os Secretários das Oficinas do Círculo, e o resultado tem sido muito satisfatório.*

*Preferiria antes vender a tradução, mas não me convém porque apenas me davam 200\$000, e eu com os Ciúmes de uma rainha ganhei mais de um conto de reis. Vendi a Perdição da Mulher a um editor por uma bagatela, por estar com a corda na garganta para pagar as passagens de minha família, o que me andou por 40 Libras e meia. As (fl. 1 v<sup>o</sup>) sim pois só lhe posso mandar agora o incluso saque de 20\$000 reis insulanos, para que tenha o amigo a bondade de não faltar a minha triste mãe com os 720 reis semanais do costume, não aumentando a minha dívida; porque na outra viagem do Lidador, no próximo mês de Dezembro, já eu tenho recebido as assinaturas do meu Valcreuse para saldar a minha dívida. O tratamento de minha mulher levou-me somas valiosas, mas graças a Deus que a vejo melhor em compensação dos sacrifícios enormes que fiz pelo restabelecimento de sua saúde.*

*Nem os Directores nem o Gerente da Transatlântica sabem coisa alguma a respeito da exclusão que faz o Domingos Dias Machado dos seus jornais para os anúncios da Companhia. É questão particular da agência, que me parece andar muito mal, pois me convenço que dos jornais que se publicam em Ponta Delgada, a Persuasão é o que tem mais publicidade, e para os anúncios o que se quer senão a publicidade? A Companhia paga aqui uma soma enorme pelos anúncios do Jornal do Comércio, Globo e Diário do Rio e não eram mais 30 ou 40\$000 reis que pagasse em Ponta Delgada que afectasse o seu capital.*

*Se o Lidador fosse em direitura aos Açores, dar-me-ia ao trabalho de escrever-lhe uma correspondência noticiosa para a Persuasão em referência ao massacre dos portugueses em Maçapá e outros pontos da província do Pará, mas esses desgraçados acontecimentos hão de ser minuciosamente narrados nas*

*(fl. 2 rº) folhas de Lisboa que o amigo recebe; seria portanto trabalho inútil, apesar de que vejo sempre no Fayalense correspondências particulares desta corte, que não são destituídas de interesse.*

*Lamento profundamente a cisão eleitoral que aí houve ultimamente, pois a considero um germen de males para essa ilha sempre para mim saudosa.*

*Não sei se fui vítima de alguma esperteza ou se era realidade o que me sucedeu há poucos dias. Entrando para minha casa no Engenho Novo, vi um moço que mostrava ter 18 ou 20 anos, todo esfarrapado e faminto dizendo-me não ter comido há 24 horas. Perguntei-lhe o que queria à minha porta e disse-me que me procurava para que lhe valesse, que era da ilha de S. Miguel, filho do Comendador Loureiro Velho, que viera parar aqui há dez anos, que se tem empregado em cozinheiro, mas que agora estava desacomodado, que tinha aí uma legítima de sete contos de reis fortes, que o dr. Loureiro lhe estava comendo, por ser ele menor etc. etc. e mais lamúrias. Deu-me sinais tão certos de pessoas dessa ilha que o mandei entrar; dei-lhe de jantar e de vestir, fornecendo-lhe camisa, meias, calças etc. e 2\$000 reis, dizendo-lhe que me procurasse no dia seguinte na corte para procurar-lhe emprego conveniente, visto ele ser robusto e estar no caso de dedicar-se ao trabalho. Mas o moço nunca mais me apareceu e por isso me parece que fui vítima de uma mentira estudada para me comover e apanhar algum cobre. Seria algum vadio? Não sei; mas o facto é que me falou em várias pessoas e coisas dessa ilha que me levou a dar-lhe crédito. Desejaria que me dissesse de lá se há alguma coisa de verdade no que o homem me disse.*

*Soube hoje por acaso na redacção do Diário do Rio que o nosso amigo António Silveira Mendonça estava gravemente enfermo da vista e que se tinha sujeitado ou ia sujeitar a uma operação. Hei de ver se posso amanhã visitá-lo.*

*No dia 28 de Setembro último inaugurámos uma nova Loja do rito azul com o título distintivo – Saldanha Marinho – com o fim especial de promover por todos os meios possíveis a realização do pensamento de Cavour : Igreja livre no Estado livre. Inaugurou-se a Oficina com 164 membros, em que entram grandes ilustrações do Império como Tavares Bastos, Rodrigo Octávio, etc. No dia 9 são eleições.*

*Meu amigo, desculpe a maçada, mas fui-me estendendo, não me recordando que tenho mais cartas para escrever, e pensando que estamos aí a conversar fraternal e amigavelmente.*

*Seu Muito Obrigado Amigo e Irmão*